



CAPÍTULO 5

HERÓIS DE TODO MUNDO: UM PROGRAMA QUE REAFIRMA O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROJETO EDUCATIVO A COR DA CULTURA

Helena Maria Alves Moreira
Shirlei Barros do Canto

RESUMO

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em Educação em Ensino da Educação Básica, Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A presente pesquisa busca apresentar formas alternativas de se trabalhar práticas educativas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Nesse sentido, voltam-se as análises para o programa denominado “Heróis de Todo Mundo” parte integrante do projeto A Cor da Cultura que trabalha o protagonismo negro/a, e suas contribuições na construção da sociedade, retratando a vida e a obra de homens e mulheres negros (as) que se destacaram em diferentes áreas do conhecimento no Brasil ao longo dos anos. São figuras emblemáticas da cultura, música, literatura e muitos outros destaques que não são estudadas ou que não ganharam o devido reconhecimento no currículo escolar. Mesmo passados mais de 20 anos da Lei 10639/2003, ainda hoje, há a necessidade de se trabalhar práticas educativas que possam trazer o protagonismo negro/negra ao cotidiano escolar proporcionando o desenvolvimento do educando para a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: A Cor da Cultura. Cotidiano Escolar. Práticas Educativas. Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

[...] quando uma fala preconceituosa ganha dimensão mundial, ela é mais do que “apenas” palavras, ou seja, ela ganha a dimensão de ato, um ato violento e discriminatório [...]
(RIBEIRO, 2023, p. 25).

O racismo no Brasil é estrutural, algo engendrado desde a imposição da escravidão, alimentada pelo tráfico de escravos oriundos do continente africano, ou seja, teve início no século XVI, no período colonial e suas consequências sobrevivem até a atualidade. É como um câncer em metástase, difícil de ser extinto e que vive a assombrar o seu hospedeiro, ou seja, os horrores das práticas impositivas da escravidão, da violência da diáspora africana nos navios negreiros, acontecimentos de uma história real; jamais será apagado dos olhos de quem tudo isso viveu.

No Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências. Grassou por aqui, do século XVI ao XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade. Como não havia nada em nossa legislação que vetasse ou regulasse tal sistema, ele se espalhou por todo o país, entrando firme nos “costumes da terra”. Imperou no nosso território uma grande bastardia jurídica, a total falta de direitos de alguns ante a imensa concentração de poderes nas mãos de outros (SCHWARCZ, 2019, p. 27).

Diante disso, é essencial resgatar a cultura ancestral dos afrodescendentes, seja a relativa



à riqueza cultural quanto a lembrança do sofrimento e da sujeição destinada a essa parcela de pessoas que, sobretudo, compõem a sociedade brasileira que foi forjada com a vinda de diversos povos ao Brasil, desde o período das Grandes Navegações.

Vale ressaltar que a luta por dignidade e direitos não deve ser descuidada. Para exemplificar, a autora Djamilia Ribeiro (2019, p. 9) declara que “apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas”.

Decerto que a lenta ascensão e o acesso aos direitos educacionais estiveram condicionados à questão econômica, posses e rendimentos, o que serviu como grande barreira para os cidadãos africanos e afrodescendentes.

Neusa Santos Souza (1983) aborda quão árduo foi o enfrentamento desse período:

[...] a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SOUZA, 2021, p. 48).

Dito isto, fica claro “como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza” (RIBEIRO, 2019, p.12-13). Em decorrência, segue alimentando a desigualdade social e promovendo abismos. Afinal, práticas antirracistas são urgentes, sendo o meio educacional promissor para a mudança de paradigmas quanto ao racismo estrutural já tão arraigado na sociedade brasileira, para desencadear ações sociais outras e mais libertadoras.

No que tange as políticas públicas, o esperado é a evolução rumo aos direitos, deveres e reparações aos cidadãos afrodescendentes. No entanto, recentemente o Brasil sofreu um significativo retrocesso, mas compete a todos o empenho pelos ajustes necessários para novas políticas públicas possam caminhar para o resgate dos direitos humanos que foram suprimidos e seguir adiante na luta por novos direitos.

É certo que, desde 2016 até o final de 2022, nosso país viu sua jovem democracia ser posta a perigo. Direitos adquiridos foram revogados, discursos de ódio impulsionaram identificações e laços sociais estruturados a partir disso multiplicaram-se. Esses fatos já escancaravam o risco de morte que grande parte de nossa população – ainda que insistentemente chamada de minoria – corria (ZACHAREWICZ *In* RIBEIRO, 2023, p. 7).

O atual Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, aborda em sua obra *Racismo Estrutural* (2019) acerca da participação individual nessa demanda para coibir o crescimento do racismo na sociedade brasileira. Alerta que “[...] A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção da práticas antirracistas” (ALMEIDA, 2019, p. 13).



Cosciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de *intenção* para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo (ALMEIDA, 2019, p. 13).

Na visão do antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga (2019), referência nas questões raciais no Brasil, aqui trazida pela entrevistadora Lilian Milena, onde destaca que é importante buscar compreender como se organiza o sistema racista:

[...] sem dúvida, todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas do seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades, entre as quais o silêncio, o não dito, que confunde todos os brasileiros e brasileiras, vítimas e não vítimas [do racismo] (MUNANGA, 2019).

À luz de todas as considerações acerca do racismo brasileiro, Ribeiro (2019, p. 22) apresenta um questionamento “o que, de fato, cada um de nós tem feito e pode fazer pela luta antirracista?”. Com essa pergunta objetiva, a autora busca instigar o cidadão a refletir o que parece “natural”; esse é o primeiro passo nessa efetiva contribuição. Buscar aprender mais sobre a cultura e os acontecimentos da história do povo africano e dos afrodescendentes servirá como uma nova referência, a qual evitará que se reproduza atos, gestos, falas e pensamentos racistas.

O antropólogo, sociólogo e educador Darcy Ribeiro em sua clássica obra *O Povo Brasileiro* (2015), narra detalhadamente as mazelas do processo escravista e afirma:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, serviviar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária (RIBEIRO, 2015, p. 91).

Mas como estudar e trabalhar as culturas africanas além da visão eurocêntrica imposta há anos pelos livros didáticos onde a figura do negro é comumente retratada como subalternizado, objeto de propriedade e submisso? Em contrapartida à limitação desses conceitos, os indivíduos são testemunhas do olhar do Movimento Negro sobre a educação, entendido como um direito conquistado pela população negra brasileira ao longo dos séculos. (GOMES, 2017).



2. SOBRE O PROJETO

Dentro dessa perspectiva, e no intuito de se trabalhar conceitos antes silenciados, como: valores civilizatórios, circularidade e oralidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, memória e ancestralidade, através de ações educativas; foi criado no ano de 2004, o projeto A Cor da Cultura (ACDC), através do Ministério da Educação, em parceria com a Petrobrás (até 2014), a extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial⁵ (SEPPIR), o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), a Fundação Cultural Palmares, a Fundação Roberto Marinho, via Canal Futura e a TV Globo, para se trabalhar os valores afro-brasileiros.

O ACDC é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, criado após um ano da implementação da Lei 10639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica no Brasil, posteriormente alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Nesse sentido, o projeto ACDC, elaborou produtos audiovisuais e incentivou ações culturais e coletivas com o objetivo de proporcionar práticas positivas de valorização da cultura afrodescendente, suas histórias, seus valores sob a perspectiva do ponto de vista afirmativo, elaborado para ser um divisor de águas.

Para Andrade (2009), em sociedades ditas multiculturais, porém impregnadas de preconceito e de discriminação de várias formas como: o racismo, o sexismo, a xenofobia, a homofobia, dentre outros, a tolerância com o diferente apresenta-se como uma agenda mínima, urgente e extremamente necessária. Para além da tolerância, é preciso superar a visão monocultural que explica a diferença como aceitação, para isso faz-se necessário, trabalhar os conteúdos, por uma perspectiva intercultural, que supere as invisibilidades causadas por uma educação eurocêntrica.

Estudar história e cultura afro-brasileira e africana é também um gesto político questionador de paradigmas eurocêntricos que costumemente marginalizam, desqualificam, negam as contribuições dos africanos para a humanidade. Estudar história e cultura dos povos africanos exige dos professores e estudantes, negros e não negros, aprender a identificar, criticar, desconstruir distorções, omissões, avaliações

⁵ Após ter sido reduzida ao *status* de órgão subordinado ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos pertencente ao segundo escalão da administração pública federal, condição que manteve entre outubro de 2015 a dezembro de 2022, com a eleição e posse de Lula Inácio da Silva à Presidente da República este órgão foi transformado em ministério de estado com a jornalista fluminense Anielle Francisco da Silva, conhecida como Anielle Franco tendo sido nomeada como Ministra da Igualdade Racial. Ministério da Igualdade Racial (MIR) do Brasil é o órgão da administração pública direta do Governo Federal competente para planejar, coordenar e executar políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate ao racismo em caráter nacional.



baseadas em preconceitos, construir novas significações (SILVA, 2010, p. 45).

Dentro da perspectiva intercultural, os espaços educativos são fundamentais para que as diferenças sejam transformadas em práticas educativas, que visem o reconhecimento das diversas identidades culturais presentes no cotidiano escolar. O projeto ACDC, através da sua interculturalidade, surge com seu papel questionador dos poderes instituídos como únicos, estabelecendo, assim, novas possibilidades de organização dos saberes socialmente produzidos.

O projeto ACDC, produziu os seguintes materiais: um *Kit* pedagógico direcionado especificamente aos professores, composto por cinco cadernos assim denominados: Modos de Ver, Modos de Interagir, Modos de Sentir, Modos de Fazer e Modos de Brincar e um Glossário de Palavras de origem africana. Além dos livros, há os programas: “Livros Animados”, que incentiva a leitura junto ao público infantil, temáticas afro-brasileiras e africanas; o programa “Mais Ação”, episódios dedicados a retratar iniciativas sociais afirmativas desenvolvidas por organizações não-governamentais; o programa “Nota 10”, voltado para metodologia de ensino e formação de educadores; o programa “Mojubá”, documentários sobre a religiosidade de matriz africana, a história dos quilombos e de outros valores da negritude presentes na cultura brasileira e programa “Heróis de Todo o Mundo”, que retrata a vida e a obra de homens e mulheres negros que se destacaram nas diferentes áreas do conhecimento no Brasil.

Destaca-se, para esse artigo, o programa Heróis de Todo Mundo, uma série de interprogramas que leva ao conhecimento público que no Brasil existem “heróis”, personalidades negras que contribuíram para a construção do Brasil.

Os cadernos voltados pra o professor possui vários textos elaborados por educadores e ativistas do Movimento Negro, muitos desses autores e autoras participaram ativamente da construção e implementação do projeto. O material do projeto foi nos primeiros anos de sua implementação, distribuído inúmeras Escolas Públicas em todo território nacional, além disso, nos primeiros anos o projeto possuía uma grande equipe que se dirigia a vários municípios brasileiros realizando um curso de formação para os professores e professoras, onde os participantes foram convidados a debater sobre temas como: o racismo, a inclusão e o papel do negro na sociedade. Os cursos de formação ficavam sob a responsabilidade de educadores, professores de Universidades e por pesquisadores do campo da educação voltados para a educação das relações étnico-raciais. Devido a fortes restrições orçamentárias, os cursos de formação foram diminuindo drasticamente até serem extintos totalmente, gerando uma grande perda, não só para a educação brasileira, como para a construção de uma sociedade antirracista e humanizada.



Percebe-se que o material distribuído pelo projeto ACDC às escolas públicas de todo Brasil, por vezes, não era utilizado por desconhecimento das diversas possibilidades de seu uso nas práticas educativas. Por isso, a importância da continuidade do curso de formação continuada, oferecido e promovido pela FRM (Fundação Roberto Marinho), através da sua Gerência de Mobilização Comunitária é de suma importância como estratégia para fomentar debates e discussões que levem à análise e reflexão dos elementos da cultura afro-brasileira, não só para o conhecimento, mas principalmente, para a construção da autonomia dos educadores sobre a temática.

2. METODODOLGIA

A partir de artigos, livros, dissertações e teses como referenciais teóricos que se aproximassem dos conceitos de diversidade, diferença e educação para as relações étnico-raciais sob uma proposta decolonial, de valorização da cultura e história afro-brasileira percebe-se a importância de práticas que promovam a autoestima e o protagonismo da criança negra. Tendo em vista essa proposta, a análise do programa Heróis de Todo o Mundo foi elaborada sob a metodologia de uma pesquisa qualitativa onde são apresentados os resultados através da percepção e análise do referido material.

Oliveira (2017) explica que o material do projeto ACDC se aproxima das teorias circunscritas no campo da decolonialidade, pois seus textos desafiam a razão única da modernidade ocidental e apresentam pensamentos “outros” capazes de incitar diferentes formas de ser, de agir, de sentir, de fazer e de conhecer o mundo.

Para Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo. É preciso revelar aos alunos, sua capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. Sob essa ótica, o projeto ACDC trabalha os conceitos de interculturalidade associados ao combate às diferenças e desigualdades por uma perspectiva humanizadora e antirracista.

3. O USO DO MATERIAL

Na visão de Trindade (2006) e Gomes (2017), a educação como campo fundamental de formação humana, constitui-se num espaço, por onde transitam diversos grupos étnico-raciais, diferentes gerações, pessoas de origens socioeconômicas, credos e religiões distintas, ou seja, o cotidiano escolar é o lugar ideal para a reflexão de uma educação diferenciada e antirracista.

Para Cavalheiro (2001), nas escolas, o racismo se expressa de múltiplas formas: negação das tradições africanas e afro-brasileiras dos costumes, negação da filosofia de vida, de posição



no mundo [...] da humanidade. No caso do racismo nos livros didáticos, a figura do negro aparece de forma recorrente como pessoa escravizada, invisibilizando as personalidades negras que constituem parte da história brasileira, sujeitos que participaram ativamente da construção da sociedade brasileira, seja na Engenharia, nas Artes, na Literatura, na Música; são inúmeras as contribuições dessas personalidades denominadas pelo projeto ACDC como “Heróis”.

No que tange ao livro didático, denunciaram-se a sedimentação de papéis sociais subalternos e a reificação de estereótipos racistas protagonizados pelas personagens negras. Apontou-se a medida em que essas práticas afetavam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo a autoestima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural (SILVA, 2001, pp-65-66).

A educação voltada para o estudo das relações étnico-raciais, teve no projeto ACDC, um marco na construção de um processo de reconhecimentos que traz o negro como verdadeiro protagonista da história brasileira. O programa Heróis de Todo Mundo é composto por 30 biografias apresentadas de forma lúdica, são atores, escritores, esportistas, jornalistas e outros profissionais negros e negras que são apresentados com os dados da biografia e das obras dessas personalidades. Esses heróis, como são nomeados, não aparecem nos livros didáticos e, por conseguinte, não tiveram o devido reconhecimento pelos seus atos, feitos e conquistas assim como, suas contribuições para a construção da nação brasileira.

Pela impossibilidade de tratar a biografia de cada uma dessas personalidades nesse artigo, destacam-se seus nomes de nascimento e entre parênteses, seus codinomes e/ou como eram conhecidos na sociedade, e seus campos de atuação (Quadro 1: Personalidades brasileiras negras), conforme abaixo:

Quadro 1: Personalidades brasileiras negras.

Personalidade	Campo de atuação
Adhemar Ferreira da Silva	Atleta
Afonso Henriques de Lima Barreto (Lima Barreto)	Escritor
Alfredo da Rocha Vianna Filho (Pixinguinha)	Músico
André Pinto Rebouças (André Rebouças)	Engenheiro
Antonieta de Barros	Professora
Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho)	Artista plástico
Auta Henriqueta de Souza (Auta de Souza)	Escritora
Benjamin Chaves (Benjamin de Oliveira)	Ator/palhaço
Carolina Maria de Jesus (Carolina de Jesus)	Escritora
Elizeth Moreira Cardoso (Elizeth Cardoso)	Cantora
Eugênia Anna Santos, a Ialorixá Obá Biyi (Mãe Aninha)	Líder religiosa/ Ialorixá
Francisca Edwiges Neves Gonzaga (Chiquinha Gonzaga)	Compositora
Francisco José do Nascimento	Jangadeiro/líder abolicionista
Francisco Zumbi (Zumbi dos Palmares)	Líder revolucionário
Hilária Batista de Almeida (Tia Ciata)	Personagem histórica do samba
João Carlos de Oliveira (João do Pulo)	Atleta
João da Cruz e Souza (Cruz e Souza)	Escritor



Joaquim Maria Machado de Assis (Machado de Assis)	Escritor
José Gomes Filho, o Jackson do Pandeiro	Músico
João Cândido Felisberto (João Cândido)	Marinheiro/líder da Revolta da Chibata
José Correia Leite	Jornalista
José Carlos do Patrocínio (José do Patrocínio)	Abolicionista
Juliano Moreira	Médico Psiquiatra
Lélia de Almeida Gonzalez (Lélia Gonzalez)	Professora/militante política
Leônidas da Silva	Jogador de futebol
Luís Gonzaga Pinto da Gama (Luís Gama)	Advogado
Maria Escolástica da Conceição Nazaré (Mãe Menininha do Gantois)	Líder religiosa / ialorixá
Mário Raul de Moraes Andrade (Mário de Andrade)	Escritor
Milton Almeida dos Santos (Milton Santos)	Geógrafo
Paulo Benjamim de Oliveira (Paulinho da Portela)	Compositor /sambista
Teodoro Fernandes Sampaio (Teodoro Sampaio)	Urbanista

Fonte: Autoria própria (2023).

Certamente, a continuidade do Projeto oportunizaria elencar outra gama de personalidades afrodescendentes, inclusive alguns da atualidade que se destacaram ou se destacam em suas áreas de atuação, demonstrando o valor de cada cidadão/cidadã e suas contribuições para o país (Quadro 2: Personalidades brasileiras negras sugeridas), conforme elencado:

Quadro 2: Personalidades brasileiras negras sugeridas.

Personalidade	Campo de atuação
Abdias do Nascimento	Ator/poeta/professor/ativista
Antonieta de Barros (Maria da Ilha)	Escritora
Antonio Carlos Bernardes Gomes (Mussum)	Humorista/ator
Aparecida Sueli Carneiro (Sueli Carneiro)	Filósofa/escritora/ativista
Aqaltune	Guerreira/mãe de Zumbi
Benedita Sousa da Silva (Benedita da Silva)	Feminista/política
Daiane dos Santos	Atleta olímpica
Dandara (esposa de Zumbi dos Palmares)	Líder feminista quilombola
Djamila Ribeiro	Jornalista/escritora
Edson Arantes do Nascimento (Pelé)	Jogador de futebol
Elisa Lucinda Campos Gomes (Elisa Lucinda)	Atriz/poetisa/cantora/jornalista
Elza Gomes da Conceição (Elza Soares)	Cantora
Enedina Alves Marques	1ª. Engenheira negra
Estêvão Silva	Pintor/desenhista/professor
Gilberto Passos Gil Moreira (Gilberto Gil)	Cantor/Ministro da Cultura/acadêmico da Academia Brasileira de Letras - ABL
Glória Maria Matta da Silva (Glória Maria)	Jornalista/repórter/apresentadora
Janete Rocha Pietá	Política/ativista
Jaqueline Goes de Jesus	Biomédica que sequenciou o genoma do coronavírus
José Bezerra da Silva (Bezerra da Silva)	Cantor/compositor/ritmista
José Maurício Nunes Garcia (Padre Valentim)	Padre/músico/compositor
Jovelina Farias Belfort (Jovelina Pérola Negra)	Cantora
Jurema da Silva Batista (Jurema Batista)	Política/ativista



Laudelina de Campos Melo	Ativista política
Leci Brandão da Silva (Leci Brandão)	Cantora/compositora/ percussionista
Leci Brandão da Silva (Leci Brandão)	Cantora/compositora/ política
Luiza Bairros	Cientista social
Maria da Conceição Evaristo de Brito (Conceição Evaristo)	Escritora/professora
Maria Firmino dos Reis	1ª romancista/professora
Maria José Motta de Oliveira (Zezé Motta)	Atriz
Maria Olívia Santana	Militante
Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima (Marina Silva)	Historiadora/professora/amb ientalista/Atual Ministra do Meio Ambiente
Marielle Francisco da Silva (Marielle Franco)	Socióloga, ativista e política
Marielle Franco	Socióloga/política
Marilda de Souza	Cientista/1ª negra presidente da FIOCRUZ
Milton Gonçalves	Ator, diretor, cantor, dublador e produtor
Milton Silva Campos Do Nascimento (Milton Nascimento)	Cantor/compositor
Nilo Peçanha	1º. Presidente afrodescendente do Brasil
Ruth de Souza	Atriz
Sebastião Bernardes de Souza Prata (Grande Otelo)	Ator/Humorista
Simone Maia Evaristo	Bióloga
Sônia Guimarães	Física
Sueli Carneiro	Militante do movimento negro/ escritora
Taís Araújo	Atriz
Tereza de Benguela	Guerreira
Theodosina Rosário Ribeiro	Professora/advogada/ política
Valentim da Fonseca e Silva (Mestre Valentim)	Paisagista/arquiteto
Virgínia Leone Bicud	Socióloga e psicanalista
Viviane dos Santos Barbosa	Pesquisadora

Fonte: Autoria própria (2023).

Desde a sua criação até os dias atuais, o projeto tem sofrido com os cortes de verbas, fins de parcerias e descaso das políticas públicas brasileiras, como constatado através das pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que há cinco anos já apontava alguns erros na distribuição e na divulgação do material A Cor da Cultura:

Em várias escolas foi possível ver nas bibliotecas a existência de livros, vídeos, CDs e materiais paradidáticos enviados pelo MEC (por exemplo, okit A Cor da Cultura) ou pelas secretarias de Educação por meio de políticas específicas. Todavia, nem sempre o material se encontrava visível e disponível para docentes e estudantes. Outras vezes, mesmo quando se apresentava acessível, era tema de interesse somente do(a) profissional ou do coletivo docente que levava à frente as práticas pedagógicas na perspectiva da lei nas escolas. Ou, ainda ficava à mercê do entendimento equivocado de que tal material não deveria ser socializado para empréstimo e consulta fora da escola por docentes e estudantes decido à suposição de que ele seria estragado (IPEA, 2013, p.93).

À luz das pesquisas que apresentam o negro/a numa condição de sucesso pessoal e



profissional, cabe destacar alguns fatores que não podem ser deixados de lado porque influenciam diretamente no cotidiano escolar, como por exemplo, dados que mostram o perfil dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa privativa de liberdade. Um ano antes da criação do Projeto ACDC, as estatísticas apontavam que:

[...] 90% são do sexo masculino, 76% têm idade entre 16 e 18 anos; mais de 60% são negros; 51% não frequentavam a escola, 49% não trabalhavam quando cometeram o delito; 66% viviam em famílias consideradas extremamente pobres; 85,6% eram usuários de drogas quando adentraram a instituição (SILVA; GUERESI, 2003, p. 60).

Em 2013, o número de adolescentes negros que não tinham oportunidade de estudo ou de trabalho devido à violência crescente era alarmante conforme indicam as estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013).

As mortes por homicídio na juventude negra tiveram um crescimento surpreendente. O Mapa da violência 2011 revela que a taxa de homicídios entre os jovens negros passou de 47,7 por 100 mil jovens em 1998 para 52,9 no ano de 2008. Já a taxa relativa à população não jovem permaneceu praticamente constante no mesmo período. Assim, ser brasileiro, jovem e negro representa uma tríplice exposição à violência letal (IPEA, 2013, p. 124).

Vinte anos se passaram após a promulgação da Lei 10139/2003 e pode-se constatar que a situação de jovens afrodescendentes no Brasil em situação de vulnerabilidade, de carências socioeconômicas e/ou educacional não só não diminuiu, como aumentou.

O cotidiano escolar das Escolas Públicas localizadas no Município do Rio de Janeiro tem sido frequentemente assunto nos telejornais do país, principalmente por escolas com alunos reféns de tiroteiro no entorno ou pelos casos de estudantes mortos por armas de fogo. A partir dos dados dos sistemas de notificação de violência do Ministério da Saúde no ano de 2019, aponta que crianças e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por conta da violência armada do que as não negras.

Entre crianças negras de até 14 anos vítimas de morte violenta, 61% foram assassinadas com armas de fogo. No caso de crianças brancas, esse percentual é de 31%. De 2012 a 2019, 3.288 crianças (de até 14 anos) e 148.241 jovens (de 15 a 29 anos) negros foram vítimas de agressões letais por arma de fogo-número cinco vezes maior que o total de civis mortos nos conflitos no Afeganistão (27.179) no mesmo período, segundo a ONU (ONG RIO DE PAZ – Notícias 19/11/2021).

Tendo em vista a realidade brasileira, fazem-se necessárias ações positivas como que o projeto ACDC se propõe no sentido de sensibilizar os educadores a procurarem propostas que auxiliem o fazer pedagógico e as práticas educativas nas salas de aulas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das políticas públicas brasileiras constituírem-se por princípios básicos de combate à discriminação racial e redução das desigualdades sociais, o racismo, seja ele explícito



ou estrutural, vitimiza cotidianamente os afrodescendentes, criando barreiras físicas e emocionais pela negação da sua ancestralidade, memória, história e cultura e, pouco tem sido feito para reverter essa situação.

O debate no que concernem as questões raciais no Brasil em formas de projetos e programas que contribuam para a equidade racial tem apontado novas perspectivas no combate às diferenças e à igualdade para a educação voltada para as relações étnico-raciais.

A relevância deste estudo está em sensibilizar a todos, especificamente aos professores sobre como podem fazer de suas práticas pedagógicas um espaço para debate sobre as questões raciais e os incentive a ampliar seus conhecimentos acerca da temática.

Todo o esforço para mostrar o negro/a como protagonista de sua história faz com que o Programa Heróis de Todo Mundo seja um produto pedagógico diferenciado, um instrumento contra o silenciamento e contra práticas discriminatórias e racistas evidenciando que a produção de recursos didático-pedagógicos são alternativas assertivas para promoção da igualdade e da diversidade étnico-racial e cultural no cotidiano escolar.

Apesar de parte do material do projeto A Cor da Cultura contar com a mídia televisiva do Canal Futura, sua divulgação e distribuição foram duramente prejudicados pela extinção de algumas de suas parcerias e por falta de apoio das políticas públicas em colaborar com a manutenção do projeto.

O projeto A Cor da Cultura trouxe ao debate questões sobre a educação para as relações étnico-raciais, antes silenciadas. Por isso, a importância do cumprimento do Artigo 26^a da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual versa sobre o conteúdo programático que deve compor as práticas que abordem a formação do povo brasileiro, incluindo estudos das culturas e das contribuições africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Refletir sobre os posicionamentos, propor alternativas para combater as discriminações raciais, valorizar as diferentes culturas, discutir a temática das questões raciais na sala de aula, estabelecer atitudes por mais simples que sejam, são fundamentais para a construção de uma educação antirracista e humanizadora como instrumento de apoio ao processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.



ANDRADE, M. (Org.) **Diferenças Silenciadas: pesquisas em educação, preconceitos e discriminações**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em: Set. 2017.

BRASIL. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Secretaria_de_Pol%C3%ADticas_de_Promo%C3%A7%C3%A3o_da_Igualdade_Racial>. Acessado em: Mar. 2023.

CAVALHEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALHEIRO E. (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

FREIRE. P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

GOMES. N. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IPEA. **Igualdade Racial no Brasil - Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2531>>. Acessado em: Mar. 2023.

IPEA. **Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253>. Acessado em: Mar. 2018.

MENA, F.; CAMAZANO P. **Crianças negras morrem 3,6 vezes mais que crianças não negras**. Publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://soudapaz.org/noticias/folha-de-s-paulo-criancas-negras-morrem-36-vezes-mais-por-arma-de-fogo-que-nao-negras/>>. Acessado em: Mar. 2023.

MOREIRA, H. M. A. *et al.* Heróis de todo mundo: o protagonismo negro/a no projeto a cor da cultura. In: **Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47561>>. Acessado em: Mar. 2023.

MUNANGA. K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

MUNANGA, K. Entrevista concedida à Lilían Milena sob o título **Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil**. Carta Maior, 15 maio 2019. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/58614/kabengele-munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-brasil>>. Acessado em: Mar. 2023.

OLIVEIRA, L. R. **Não sou negro de alma branca: diálogos e práticas pedagógicas para uma educação intercultural crítica e decolonial por meio do Projeto A Cor da Cultura**. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de



Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11447>. Acessado em: Out. 2017.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, T. S. **Psicanálise e necropolítica no Brasil**. São Paulo: Aller, 2023.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, E. R. A.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2003. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2933/1/TD_979.pdf >. Acessado em: Out. 2017.

SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 200, p. 65-66.